Demonstrações Financeiras

Horizontes Energia S.A.

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021 1
BALANÇOS PATRIMONIAIS 6
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS 8
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES 9
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 10
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA 11

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 12
1. CONTEXTO OPERACIONAL 12
2. BASE DE PREPARAÇÃO 15
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 19
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS 20
5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS 20
6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS 21
7. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS 21
8. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO 22
9. IMOBILIZADO 22
10. INTANGÍVEL 24
11. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL 25
12. FORNECEDORES 27
13. TRIBUTOS 27
14. PROVISÕES 28
15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO 28
16. RECEITA 30
17. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS 30
18. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS 31
19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL 32
20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS 33
21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS 35

PARECER DO CONSELHO FISCAL 39
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 40

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

Senhores Acionistas,

A Horizontes Energia S.A. ("Companhia") submete à apreciação de V.Sas. o relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 era de R$39.258 mil, dividido em 39.257.563 (trinta e nove milhões, duzentas e cinquenta e sete mil, quinhentas e sessenta e três) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão ("Cemig GT").

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do exercício

A Companhia obteve um resultado de R$23.321 mil em 2021 em comparação ao resultado de R$11.102 mil no exercício de 2020. O resultado da Companhia foi impactado, principalmente, por maior volume de receitas com suprimento de energia elétrica e pela variação monetária do Termo de Acordo e Reconhecimento de Dívida – TARD firmado com a Companhia Industrial Cataguases.

Receita operacional

A receita bruta de energia elétrica foi de R$36.780 mil no exercício de 2021, em comparação a R$30.681 mil em 2020. O menor volume em 2020 decorreu, principalmente, da interrupção da geração na PCH Salto Passo Velho devido a obras de reforço estrutural da câmara de carga.

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais foram de R$13.897 mil em 2021, comparados a R$16.394 mil no exercício de 2020. Em 2020, a Companhia realizou uma provisão para redução ao valor recuperável referente à inviabilidade econômica do projeto de recuperação e ampliação da potência instalada da PCH Salto do Paraopeba, no valor de R$4.757 mil, sendo esta a principal variação dos custos e despesas.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido de 2021 foi uma receita de R$5.306 mil, em comparação a uma despesa de R$1.734 mil em 2020, impactado, principalmente, pela variação monetária do Termo de Acordo e Reconhecimento de Dívida – TARD firmado com a Companhia Industrial Cataguases.

Imposto de renda e contribuição social

Em 2021, a Companhia apurou o montante de R$2.904 mil referente a imposto de renda e contribuição social, representando 11,07% em relação ao lucro de R$26.225 mil antes dos efeitos fiscais. Comparativamente, no mesmo período de 2020, a Companhia apurou o montante de R$1.451 mil, representando 11,56% em relação ao lucro de R$12.553 mil antes dos efeitos fiscais.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2021, o LAJIDA foi de R$23.514 mil (R$14.247 mil em 2020) e a margem do LAJIDA foi de 67,54% no mesmo período (52,35% no exercício de 2020), conforme demonstrado a seguir:

R$ mil	2021	2020	Var. %
Resultado líquido	23.321	11.102	110
Despesa com imposto de renda e contribuição social	2.904	1.451	100
Resultado financeiro	(5.306)	(1.734)	206
Depreciação e amortização	2.595	3.428	(24)
LAJIDA	23.514	14.247	65

LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP n° 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do Grupo Cemig, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 696/2015 da Aneel).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos.

Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências (“PAE”) específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Civis e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, foram protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura.

O ano de 2021, mesmo com as dificuldades apresentadas pela pandemia COVID-19 e pela renovação das equipes das COMPDECs (ano pós-eleitoral), a atuação junto a estes organismos de defesa civil foi decisiva na estratégia de focar nas ações de integração dos PAEs das barragens do Grupo CEMIG, relacionando com os PLANCONs de 35 municípios diretamente envolvidos.

Ainda em 2021, foram realizadas cerca de 25 oficinas de trabalho virtuais para apresentação e discussão dos PAEs e uso do App PROX (Aplicativo de Gestão de Riscos). Foram também discutidas e executadas as ações listadas abaixo com foco na ZAS-Zona de Auto Salvamento, na região jusante das barragens:

1. Ação de cadastro de economias(telhados) e da população moradora permanente para 35 municípios,
2. Proposição de Rotas de Fuga e Pontos de Encontro para os 35 municípios,
3. Sinalização de Alerta (placas) implantada em 27 municípios.

O Grupo Cemig também atuou fortemente na continuidade do projeto de pesquisa que foca no desenvolvimento do DIN – Dispositivo Individual de Notificação, que consiste num pequeno equipamento de alerta/alarme a ser colocado de maneira individual nas residências de moradores inseridos na mancha de inundação(ZAS), caracterizado por ser de longo alcance, pouco consumo de energia; pode emitir alertas individualizados em áreas específicas e traz a corresponsabilidade da população em prol da cultura de resiliência e preparação à emergência. O projeto contemplará 20 barragens em 27 municípios.

Além disso, o “Programa Proximidade” disponibilizou o App. PROX, um App. móvel de Gestão de Riscos, de relacionamento com a população e com as COMPDECS. Além de informações hidrológicas e operativas de usinas do Grupo Cemig, o aplicativo é uma ferramenta de gestão de riscos, cadastro, notificação e alerta para emergências em barragens.

Em 2021, o Grupo Cemig também celebrou o Acordo de Cooperação Técnica para uso compartilhado do App. PROX, com o IBRAM-Instituto Brasileiro de Mineração e 11 empresas mineradoras associadas, visando o aumento da cobertura de segurança de outras populações sujeitas a emergências de barragens de mineração.

Os ganhos esperados são o aumento da cobertura de segurança, tanto para situações com barragens, mas também, para várias outras situações de perigo (enchentes, queimadas, incêndios, deslizamentos, etc.).

O grande ganho que a abordagem adotada pelo Grupo Cemig propõe é a apresentação dos impactos causados pelas cheias naturais, dando maior segurança às populações ribeirinhas e desenvolvendo a resiliência das cidades a eventos de inundação.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a ser realizada em 2022 que, ao resultado do exercício de 2021, no montante de R$23.321 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R$10.855 mil de dividendos intermediários pagos;
- R$806 mil para pagamento de dividendos obrigatórios; e
- R$11.660 mil para pagamento de dividendos adicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Horizontes manifesta seu agradecimento aos seus acionistas controladores pela confiança e apoio recebido durante o ano. Estende, também, os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, e, em especial, à dedicação dos empregados dos acionistas controladores.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2021	2020
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.435	8.220
Títulos e valores mobiliários	4	27.935	13.210
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5	2.771	4.006
Tributos compensáveis	6	7	250
Outros créditos		3	3
TOTAL DO CIRCULANTE		32.151	25.689
NÃO CIRCULANTE			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5	2.446	1.685
Títulos e valores mobiliários	4	5.746	2.970
Tributos compensáveis	6	1.427	1.253
Depósitos vinculados a litígios	7	2.663	2.663
Imobilizado	9	18.161	20.679
Intangível		119	-
Direito de uso	11	98	96
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		30.660	29.346
ATIVO TOTAL		62.811	55.035

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2021	2020
CIRCULANTE			
Fornecedores	12	1.012	3.276
Impostos, taxas e contribuições	13a	245	336
Imposto de renda e contribuição social	13b	830	424
Encargos regulatórios		4	4
Transações com partes relacionadas	20	144	164
Dividendos a pagar	20	806	-
Passivo de arrendamento	11	13	12
Outras obrigações		6	6
TOTAL DO CIRCULANTE		3.060	4.222
NÃO CIRCULANTE			
Impostos, taxas e contribuições	13a	529	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13c	360	53
Passivo de arrendamento	11	92	87
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		981	140
TOTAL DO PASSIVO		4.041	4.362
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15		
Capital social		39.258	39.258
Reservas de lucros		19.512	11.415
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		58.770	50.673
PASSIVO TOTAL		62.811	55.035

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais, exceto o resultado por lote de mil ações)

	Nota	2021	2020
RECEITA LÍQUIDA	16	34.816	27.213
CUSTOS OPERACIONAIS	17		
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA			
Energia elétrica comprada para revenda		(7.855)	(3.917)
Encargos uso da rede básica de transmissão		(135)	(140)
		(7.990)	(4.057)
CUSTOS DE OPERAÇÃO			
Materiais		(182)	(64)
Serviços de terceiros		(2.332)	(3.645)
Provisões operacionais (reversão)		540	(4.580)
Depreciação		(2.591)	(3.412)
Outros custos operacionais		(38)	-
		(4.603)	(11.701)
CUSTO TOTAL		(12.593)	(15.758)
LUCRO BRUTO		22.223	11.455
DESPESAS OPERACIONAIS	17		
Despesas gerais e administrativas		(553)	(668)
Outras despesas operacionais (reversão)		(751)	32
		(1.304)	(636)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		20.919	10.819
Receitas financeiras	18	5.328	1.751
Despesas financeiras	18	(22)	(17)
		5.306	1.734
Resultado antes dos impostos		26.225	12.553
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(2.597)	(1.551)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	(307)	100
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		23.321	11.102
RESULTADO POR LOTE DE MIL AÇÕES – R$		594,04	282,80

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
RESULTADO DO EXERCÍCIO	23.321	11.102
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	23.321	11.102

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais, exceto os dividendos por lote de mil ações)

	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	39.258	7.852	9.165	-	56.275
Aprovação de dividendos adicionais propostos (R$233,46 por lote de mil ações)	-	-	(9.165)	-	(9.165)
Resultado do exercício	-	-	-	11.102	11.102
Destinação do lucro proposta à AGO:					
Dividendos intermediários (R$192,04 por lote de mil ações)	-	-	-	(7.539)	(7.539)
Dividendos adicionais propostos (R$90,76 por lote de mil ações)	-	-	3.563	(3.563)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	39.258	7.852	3.563	-	50.673
Aprovação de dividendos adicionais propostos (R$233,46 por lote de mil ações)	-	-	(3.563)	-	(3.563)
Resultado do exercício	-	-	-	23.321	23.321
Destinação do lucro proposta à AGO:					
Dividendos intermediários (R$276,50 por lote de mil ações)	-	-	-	(10.855)	(10.855)
Dividendos obrigatórios propostos (R$20,53 por lote de mil ações)	-	-	-	(806)	(806)
Dividendos adicionais propostos (R$297,01 por lote de mil ações)	-	-	11.660	(11.660)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	39.258	7.852	11.660	-	58.770

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	23.321	11.102
Ajustes por:		
Depreciação	2.591	3.412
Amortização direito de uso (Nota 11)	16	16
Provisões	84	4.580
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 19)	307	(100)
Variação monetária sobre depósitos vinculados a litígio (Nota 18)	-	(17)
Juros passivo de arrendamento (Nota 11)	12	13
Atualização de créditos de PIS/Pasep e Cofins (Nota 18)	(57)	(267)
Ganho com ressarcimento do GSF	(130)	-
	26.144	18.739
(Aumento) Redução de ativos		
Consumidores, concessionárias e permissionárias (Nota 5)	390	(977)
Tributos compensáveis (Nota 6)	126	283
Outros créditos	(18)	(1)
	498	(695)
Aumento (Redução) de passivos		
Fornecedores (Nota 12)	(2.264)	379
Impostos, taxas e contribuições (Nota 13)	438	(97)
Imposto de renda e contribuição social	2.066	974
Transações com partes relacionadas (Nota 20)	(20)	29
Outras obrigações	24	-
	244	1.285
Caixa gerado pelas atividades operacionais	26.886	19.329
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.660)	(1.473)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	25.226	17.856
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	(17.501)	8.339
Imobilizado (Nota 9)	(62)	(754)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(17.563)	7.585
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos	(14.418)	(18.557)
Arrendamentos pagos (Nota 11)	(30)	(32)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(14.448)	(18.589)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(6.785)	6.852
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	8.220	1.368
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	1.435	8.220
	(6.785)	6.852

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Horizontes Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão ("Cemig GT" ou "Controladora"), constituída em 6 de abril de 2001, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 12º andar, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG – CEP 30.190-131.

A Companhia tem por objetivo a geração e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, mediante a exploração dos aproveitamentos hidrelétricos de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, Salto Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina, além da comercialização de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE").

Os prazos de concessão das referidas usinas são como segue:

USINA	Prazo de concessão
Salto do Paraopeba (1)	04/10/2030
Machado Mineiro	21/05/2027
Salto Passo Velho	07/03/2031
Salto Voltão (2)	30/06/2033

1. A usina encontra-se indisponível para operação. O saldo integral das capitalizações, registradas como propriedade para investimento, está integralmente provisionado devido à ausência de expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, conforme nota explicativa nº 8.
2. Aprovado projeto de revitalização da usina.

A energia produzida pelas PCHs Salto Voltão e Salto do Passo Velho é 100% incentivada e a energia produzida pela PCH Machado Mineiro é 50% incentivada. A energia produzida pela Companhia é comercializada no Ambiente de Contratação Livre ("ACL").

A usina do Salto Paraopeba está com operação comercial suspensa desde 2011 em função de danos aos ativos decorrentes de enchentes do Rio Paraopeba. A usina vinha passando por estudos de ampliação nos últimos anos e teve aprovado seu projeto de ampliação pela ANEEL em maio de 2017. No entanto, tendo em vista a inviabilidade econômica do projeto de ampliação ou revitalização, a Companhia verificou que a melhor opção será a alienação deste ativo.

Na usina Machado Mineiro, no dia 27/12/2021, após fortes chuvas na região de Águas Vermelhas, foi necessária a ampliação do vertimento para controle de nível do reservatório. Com o aumento da vazão defluente, houve transbordamento generalizado na calha do rio causando a inundação da casa de força. Os trabalhos para restabelecimento estão em andamento, sendo a previsão de retorno em 23/05/2022, condicionada à avaliação técnica das equipes para permitir que as unidades geradoras retornem ao sistema de maneira confiável. A Companhia analisou o impacto nos ativos fixos da usina e concluiu que serão necessárias somente manutenções corretivas em determinados ativos e que os valores, além de imateriais, quando incorridos, serão integralmente registrados no resultado uma vez que a Companhia não possui seguro de risco operacional para esses ativos. Até abril de 2022, a Companhia incorreu em R$796 como despesa com manutenção.

A Cemig Geração e Transmissão S.A., via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela ANEEL, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

Repactuação do risco hidrológico (*Generation Scaling Factor-GSF*)

Em 9 de setembro de 2020, foi publicada a Lei nº 14.052 que alterou a Lei nº 13.203/2015 estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) desde 2012, com o agravamento da crise hídrica.

A compensação aos geradores hidroelétricos ocorreu por meio da extensão dos respectivos prazos de concessão das outorgas de geração. Os prazos de extensão foram homologados pela Resolução Homologatória Aneel 2.919 de 2021 e pela Resolução Homologatória 2.931 de 2021. As usinas de Machado Mineiro, Salto Passo Velho e Salto Voltão tiveram seus prazos de concessão prorrogados, respectivamente, em 682, 153 e 999 dias.

Essa repactuação foi um importante avanço para o setor elétrico, reduzindo os níveis de judicialização, e também para a Cemig, com a extensão do prazo de suas concessões de geração de energia elétrica.

Para maiores informações, vide nota explicativa nº 10 destas demonstrações financeiras.

Covid-19

Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou como pandemia a situação de disseminação do Covid-19, reforçando as recomendações de medidas restritivas como estratégia de combate ao vírus, em nível mundial. Essas medidas, consubstanciadas, principalmente, no distanciamento social, impactaram negativamente muitas entidades, afetando seus processos de produção, interrompendo suas cadeias de suprimentos, causando escassez de mão-de-obra e fechamento de lojas e instalações. As economias mundiais vêm se esforçando no desenvolvimento de medidas para enfretamento e redução dos efeitos da crise econômica causada pela pandemia, especialmente por meio de seus bancos centrais e autoridades fiscais.

Medidas implementadas pela Companhia

A Companhia segue as mesmas diretrizes de sua controladora, que criou, em 23 de março de 2020, o Comitê Diretor de Gestão da Crise do Coronavírus, com o objetivo de garantir maior agilidade na tomada de decisões, tendo em vista a rápida evolução do cenário, que tem se tornado mais abrangente, complexo e sistêmico.

Em linha com as recomendações para manutenção do distanciamento social, a Companhia implementou um plano de contingência operacional e uma série de medidas preventivas para manter a saúde e segurança da sua força de trabalho, incluindo: realização diária de contato “in loco” com as equipes em serviço por técnicos de Segurança e de Enfermagem, integração diária com o serviço social das contratadas para monitoramento da evolução de casos suspeitos, alteração e escalonamento de horários para reduzir aglomerações, restrição a viagens nacionais e internacionais, uso de meios remotos de comunicação, adoção de home-office para uma parcela relevante dos empregados, distribuição de máscaras para os colaboradores que estão em atividades em suas instalações ou em atendimento externo e exigência do mesmo procedimento para as empresas contratadas.

Para mitigação dos impactos da crise econômica, a Companhia foi diligente no sentido de proteger a sua liquidez e implementou as seguintes medidas, entre outras:

- contingenciamento de investimentos e redução de despesas; e
- negociação de contratos com seus consumidores livres.

Os impactos da pandemia Covid-19 divulgados nestas Demonstrações Financeiras foram baseados nas melhores estimativas da Companhia. Apesar dos impactos da pandemia na situação patrimonial da Companhia em 2021, não se espera impactos significativos no longo prazo.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 10 de maio de 2022, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2.2 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa e contas a receber não faturado);
- Nota 8 – Propriedade para investimento (Provisão para redução ao valor recuperável);
- Nota 9 – Imobilizado (Depreciação);
- Nota 14 – Provisões;
- Nota 16 – Receita (Fornecimento não faturado de energia elétrica);

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5 Pronunciamentos novos ou revisados, aplicados pela primeira vez em 2021

A Companhia avaliou a aplicação pela primeira vez da alteração ao CPC 06 (R2), em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após esta data, que restringe a aplicação do expediente prático referente à opção por não avaliar se um benefício concedido em razão da pandemia Covid-19 é uma modificação de contrato às situações em que determinadas condições são satisfeitas.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

2.6 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu a Revisão nº 19/2021, em 25 de outubro de 2021, estabelecendo alterações nos pronunciamentos CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 48 – Instrumentos Financeiros, CPC 29 – Ativo Biológico, CPC 27 – Ativo Imobilizado, CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias 2018-2020.

As principais alterações dessa revisão estão descritas a seguir:

CPC 27 – Ativo imobilizado – Receitas anteriores ao uso pretendido pela Administração: Proíbe as entidades de deduzirem do custo do bem do ativo imobilizado quaisquer receitas advindas da venda de itens produzidos enquanto o ativo é estabelecido no local e condição necessária para ser capaz de funcionar na forma pretendida pela administração. Essas receitas e custos associados devem ser reconhecidos diretamente no resultado. A revisão se aplica aos períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022 e deve ser aplicada retrospectivamente aos bens do ativo imobilizado que se tornaram disponíveis para uso a partir do período anterior mais antigo apresentado. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão.

CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Contratos onerosos: A alteração especifica quais custos a entidade precisa incluir quando avalia se um contrato é oneroso. A alteração aplica uma "abordagem de custo relacionado diretamente", sendo que o custo que se relaciona diretamente com um contrato para fornecer mercadorias ou serviços inclui custos incrementais e uma alocação de custos diretamente relacionado às atividades do contrato. Custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2022 e se aplica prospectivamente. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão, que será aplicada aos contratos cujas obrigações não estiverem totalmente cumpridas no início do período anual em que forem inicialmente adotadas.

CPC 48 – Instrumentos financeiros – Efeitos das comissões e taxas no Teste "de 10%" para desreconhecimento de passivos financeiros: As alterações esclarecem as taxas que devem ser consideradas na avaliação de quando os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos originais. Essas taxas incluem somente aquelas pagas ou recebidas pelo credor e devedor, incluindo aquelas pagas ou recebidas em nome do outro. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2022 e se aplica prospectivamente. A Companhia aplicará as alterações aos passivos financeiros que forem modificados ou trocados a partir do início do período anual em que a alteração for aplicada pela primeira vez. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão.

2.7 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

a) Concessionárias e permissionárias

As contas a receber de concessionárias e permissionárias são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida, faturado e não faturado, e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

b) Imobilizado

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, e refletem a vida útil estimada dos bens. Nos casos em que não há indenização no final da concessão aos ativos da Companhia, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro da concessão.

c) Propriedade para investimento

Os valores de propriedade para investimento são avaliados pelo método do custo. A depreciação é feita pelo método linear.

d) Redução ao valor recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

e) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

f) Receita operacional

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são contabilizadas quando há o fornecimento de energia elétrica. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no fornecimento contratado. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

g) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2021	2020
Contas bancárias	86	129
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósito Bancário – CDBs	23	7.416
Overnight	1.326	675
TOTAL	1.435	8.220

Os Certificados de Depósito Bancário – CDBs pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário – CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que variou entre 100% e 100,5% do CDI em 2021 (entre 65% e 99% em 2020) conforme operação.

As operações de overnight consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que variou entre 8,87% e 9,14% em 2021 (1,39% em 2020).

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2021	2020
Aplicações financeiras		
Circulante		
Certificados de Depósitos Bancários	1.637	2.147
Letras Financeiras Bancos	23.069	8.162
Letras Financeiras do Tesouro	2.904	2.877
Debêntures	325	24
	27.935	13.210
Não circulante		
Letras Financeiras – Bancos	5.667	2.873
Debêntures	79	97
	5.746	2.970
	33.681	16.180

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). Os CDBs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração de 107,24% do CDI em 2021 (entre 106% e 110% em 2020).

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variou entre 105% e 130% do CDI em 2021 (entre 99,5% e 130% em 2020).

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa Selic diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que varia entre Taxa Referencial (TR) + 1% e 109% do CDI em 2021 (entre TR + 1% e 109% do CDI em 2020).

5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Classe de consumidor	Saldos a vencer		Total	
	Não faturado	Faturado	2021	2020
Fornecimento industrial	1.871	5.101	6.972	7.362
Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD	-	(1.755)	(1.755)	(1.671)
Total	1.871	3.346	5.217	5.691
Circulante			2.771	4.006
Não circulante			2.446	1.685

6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	2021	2020
ICMS	7	6
PIS/Pasep	255	267
Cofins	1.172	1.230
TOTAL	1.434	1.503
Circulante	7	250
Não circulante	1.427	1.253

A Companhia ajuizou Ação Ordinária requerendo a declaração da inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo de PIS/Pasep e Cofins, bem como o reconhecimento do direito à compensação dos valores recolhidos indevidamente.

Em 2019, transitou em julgado a Ação Ordinária movida pela Companhia, com decisão favorável à autora, reconhecendo o direito de esta excluir o ICMS da base de cálculo de PIS/Pasep e Cofins, com efeitos retroativos ao prazo de 5 anos do início do processo judicial.

A Companhia possui duas formas de recuperação do crédito tributário: (i) compensação do saldo a receber com os valores a pagar, mensalmente, de PIS/Pasep e Cofins, dentro do prazo prescricional de 5 anos; ou (ii) recebimento de precatórios do Governo Federal.

7. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	2021	2020
Obrigações fiscais		
PIS/Pasep e Cofins	2.663	2.663
TOTAL	2.663	2.663

Os depósitos vinculados a litígios referem-se a exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/Pasep e Cofins.

8. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

Em 19 de julho de 2007, a ANEEL, por meio do ofício nº 1.488/2007 – SFP/ANEEL, autorizou a classificação dos ativos da usina Salto do Paraopeba na rubrica investimento e suspensão da depreciação do ativo em função do problema do assoreamento desta.

A Companhia concluiu ser economicamente inviável o projeto de recuperação e ampliação da potência instalada da PCH Salto do Paraopeba, sendo aprovada sua alienação por meio de leilão público. Em 31 de dezembro de 2021, a alienação encontrava-se suspensa, sem previsão de conclusão.

Bens e direitos para uso futuro	2021	2020
Usina Salto do Paraopeba	-	13.153
Adições	-	-
(-) Provisão para redução ao valor recuperável	-	(12.110)
(-) Depreciação acumulada	-	(1.043)
TOTAL	-	-

9. IMOBILIZADO

		2021			2020		
	Taxa média anual de depre-ciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço	4,34	60.000	(42.415)	17.585	59.819	(39.835)	19.984
Terrenos, obras civis, benfeitorias e edificações	5,06	3.931	(2.493)	1.438	3.931	(2.288)	1.643
Reservatórios, barragens e adutoras	4,41	37.864	(27.619)	10.245	37.870	(25.951)	11.919
Máquinas e equipamentos	4,02	18.178	(12.276)	5.902	17.991	(11.570)	6.421
Veículos	-	16	(16)	-	16	(15)	1
Móveis e utensílios	-	11	(11)	-	11	(11)	-
Em curso		576	-	576	695	-	695
Total		60.576	(42.415)	18.161	60.514	(39.835)	20.679

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Transf. (B)	Adições líquidas = (A) + (B)	Valor bruto em 31/12/2021	Deprec. Acum.	Valor líquido em 31/12/2021
Em serviço	59.819	-	181	181	60.000	(42.415)	17.585
Terrenos, obras civis, benfeitorias e edificações	3.931	-	-	-	3.931	(2.493)	1.438
Reservatórios, barragens e adutoras	37.870	-	(6)	(6)	37.864	(27.619)	10.245
Máquinas e equipamentos	17.991	-	187	187	18.178	(12.276)	5.902
Veículos	16	-	-	-	16	(16)	-
Móveis e utensílios	11	-	-	-	11	(11)	-
Em curso	695	62	(181)	(119)	576	-	576
Total	60.514	62	-	62	60.576	(42.415)	18.161

	Valor bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Adições líquidas = (A) + (B) + (C)	Valor bruto em 31/12/2020	Deprec. Acum.	Valor líquido em 31/12/2020
Em serviço	58.960	-	(246)	1.105	859	59.819	(39.835)	19.984
Terrenos, obras civis, benfeitorias e edificações	3.715	-	(176)	392	216	3.931	(2.288)	1.643
Reservatórios, barragens e adutoras	37.287	-	(63)	646	583	37.870	(25.951)	11.919
Máquinas e equipamentos	17.931	-	(7)	67	60	17.991	(11.570)	6.421
Veículos	16	-	-	-	-	16	(15)	1
Móveis e utensílios	11	-	-	-	-	11	(11)	-
Em curso	911	889	-	(1.105)	(216)	695	-	695
Total	59.871	889	(246)	-	643	60.514	(39.835)	20.679

A Companhia avaliou o ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e não identificou indícios de perda de valor recuperável.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela Aneel, com exceção dos ativos que possuem vida útil superior a data de término da concessão, uma vez que estes ativos, desde que pertencentes ao projeto original, não serão indenizados ao término da concessão. A taxa média de depreciação anual é de 4,34% em 2021 (5,73% em 2020).

Os bens e instalações utilizados na produção de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. Os bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, possuem autorização prévia da Aneel para desvinculação, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada, a ser aplicada na concessão.

10. INTANGÍVEL

Repactuação do Risco Hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF)

Em 09 de setembro 2020 foi publicada a Lei nº 14.052, que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 1º de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel n° 895, que estabeleceu a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei n° 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE, e (iii) não ter repactuado o risco hidrológico nos termos da Lei nº 13.203/2015.

Em 03 de agosto de 2021, a Aneel homologou, por meio da Resolução Homologatória nº 2.919/2021, o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, que repactuaram o risco hidrológico por meio da Resolução nº 684/2015. A ReH nº 2.919/2021 foi alterada em 08 de setembro pela Resolução Homologatória nº 2.931.

Em 11 de junho de 2021, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a renúncia de eventual processo judicial centrado no MRE, bem como a assinatura do Termo de Aceitação aos termos da Lei nº 14.052/2020, para as usinas dos Contratos de Concessão da Companhia e subsidiárias. Com a aprovação do Conselho de Administração da adesão aos termos da Lei, a Companhia reconheceu um ativo intangível referente ao direito à extensão da outorga, em contrapartida à rubrica “Custos operacionais – Recuperação de custos – Risco hidrológico”, no montante de R$130, conforme tabela abaixo:

		2021			2020		
	Taxa média anual de depre-ciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço		130	(11)	119	-	-	-
Ativos da concessão - GSF		130	(11)	119	-	-	-
Total		130	(11)	119	-	-	-

A amortização do ativo intangível é linear, pelo novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado, para cálculo do novo período de amortização.

A movimentação do intangível é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2020	Adições	Adições líquidas	Valor bruto em 31/12/2021	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2021
Em serviço	-	130	130	130	(11)	119
Ativos da concessão - GSF	-	130	130	130	(11)	119
Total	-	130	130	130	(11)	119

O valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado, conforme tabela abaixo, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais, baseando-se em premissas internas da Companhia, em relação aos valores futuros.

Agente/Usina	Ativo intangível – Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em dias	Novo fim da concessão
Horizontes Energia	130			
Machado Mineiro	130	08/07/2025	682	21/05/2027
Salto Passo Velho	-	05/10/2030	153	07/03/2031
Salto Voltão	-	05/10/2030	999	30/06/2033

11. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia reconheceu um direito de uso e um passivo de arrendamento para os seguintes contratos que contém arrendamento, nos termos do CPC 06 (R2):

- Arrendamento do edifício utilizado como sede administrativa.

As taxas de desconto foram obtidas tendo como referência a taxa de empréstimo incremental do Grupo Cemig. Em 2021, a Companhia revisou a metodologia para estimativa das taxas de desconto, que passou a ser baseada na taxa livre de risco ajustada à realidade do Grupo Cemig, visando refletir mais adequadamente o seu risco de crédito e as condições econômicas na data da contratação, conforme segue:

	Taxa anual (%)	Taxa mensal (%)
Adoção inicial		
Até 2 anos	7,96	0,64
De 3 a 5 anos	10,64	0,85
De 6 a 20 anos	13,17	1,04
Contratos celebrados entre 2019 e 2021		
Até 3 anos	6,87	0,56
De 3 a 4 anos	7,33	0,59
De 4 a 20 anos	8,08	0,65

a) Direito de uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento ajustada pelas suas remensurações e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	339
Adição	75
Baixa	(305)
Remensuração	3
Amortização	(16)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	96
Remensuração	7
Amortização	(5)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	98

b) Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento reconhecido é mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental do Grupo Cemig. O valor contábil do passivo de arrendamentos é remensurado se houver modificações no contrato qualificáveis para tanto.

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	345
Adição	75
Baixa	(305)
Juros incorridos	13
Arrendamentos pagos	(30)
Juros sobre arrendamentos pagos	(2)
Remensuração	3
Saldo em 31 de dezembro de 2020	99
Juros incorridos	12
Arrendamentos pagos	(12)
Juros sobre arrendamentos pagos	(1)
Remensuração	7
Saldo em 31 de dezembro de 2021	105
Passivo circulante	13
Passivo não circulante	92

12. FORNECEDORES

	2021	2020
Operação e manutenção de usina	832	1.562
Suprimento de energia elétrica (1)	176	1.710
Outros	4	4
Total	1.012	3.276

(1) Em 2020, houve maior volume de compra de energia em virtude de maior exposição da Companhia na CCEE.

13. TRIBUTOS

a) Impostos, taxas e contribuições

	2021	2020
PIS/Pasep	103	16
Cofins	477	75
ICMS	-	161
INSS	112	22
ISS	77	41
Outros	5	21
Total	774	336
Circulante	245	336
Não circulante	529	-

b) Imposto de renda e contribuição social

	2021	2020
Circulante		
Imposto de renda	523	275
Contribuição social	307	149
Total	830	424

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2021	2020
Imposto de renda	245	39
Contribuição social	115	14
Total	360	53

14. PROVISÕES

A Companhia é parte em ações trabalhistas movidas por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos e ajustes salariais. O valor da contingência é de, aproximadamente, R$30 (R$27 em 31 de dezembro de 2020) e não foi constituída provisão devido à probabilidade de perda ser possível, amparada na avaliação dos assessores jurídicos.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social da Companhia era de R$39.258 mil, dividido em 39.257.563 (trinta e nove milhões, duzentas e cinquenta sete mil, quinhentas e sessenta três) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT. Cada ação dá direito a um voto nas assembleias gerais.

b) Reservas

A composição das contas de reservas de lucros é demonstrada como segue:

	2021	2020
Reservas de lucros		
Reserva legal	7.852	7.852
Retenção de lucros (Dividendos adicionais propostos)	11.660	3.563
	19.512	11.415

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até aos limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital.

Reserva de proposta de distribuição de dividendos adicionais

A Companhia registrou nas reservas de lucros o montante de R$11.660 referentes a dividendos propostos pela Administração que excedem a 50% do lucro líquido do exercício, dividendo mínimo previsto no estatuto social, a serem transferidos para o passivo, como dividendos a pagar, após a aprovação da proposta pela AGO.

c) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma legal a título de dividendos.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos foi feito conforme demonstrado abaixo:

	2021	2020
Dividendos obrigatórios		
Resultado do exercício	23.321	11.102
	23.321	11.102
Dividendos mínimos obrigatórios – 50%	11.661	5.551
Dividendos intermediários pagos	10.855	7.539
Dividendos obrigatórios	806	-
Dividendos adicionais propostos	11.660	3.563
Total dos dividendos	23.321	11.102

Destinação do resultado de 2021 – Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à AGO, a realizar-se em 2022, que ao resultado do exercício de 2021, no montante de R$23.321 seja dada a seguinte destinação:

- R$10.855 de dividendos intermediários pagos;
- R$806 para pagamento de dividendos obrigatórios; e
- R$11.660 para pagamento de dividendos adicionais.

16. RECEITA

	2021	2020
Fornecimento bruto de energia elétrica	282	10.260
Suprimento bruto de energia elétrica	35.536	18.311
Transações com energia na CCEE	962	2.110
Receita bruta de energia elétrica (a)	36.780	30.681
Deduções à receita operacional (b)	(1.964)	(3.468)
Receita operacional líquida	34.816	27.213

a) Receita bruta de energia elétrica

Classe de consumidor	2021	2020
Industrial	291	3.222
Comercial	645	7.248
Fornecimento não faturado	(654)	(210)
Suprimento a outras concessionárias	35.536	18.311
Liquidação na CCEE	962	2.110
Total	36.780	30.681

b) Deduções à receita operacional

	2021	2020
ICMS	213	2.392
Cofins	1.401	849
PIS/Pasep	303	184
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	47	43
	1.964	3.468

17. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2021	2020
Pessoal	406	367
Materiais	182	64
Serviços de terceiros (a)	2.510	3.916
Energia elétrica comprada para revenda	7.855	3.917
Depreciação e amortização	2.595	3.428
Encargos de distribuição	135	140
Constituição de PECLD (reversão)	84	(177)
Provisão para redução ao valor recuperável	-	4.757
Outras despesas operacionais (reversões) (1)	130	(18)
TOTAL	13.897	16.394

Custo total	12.593	15.758
Despesa operacional	1.304	636
TOTAL	13.897	16.394

(1) Em 2020, a Companhia realizou a reversão de despesas relativas a operações junto à CCEE e a locação de imóvel, em virtude da não exigibilidade das obrigações correspondentes a essas despesas.

a) Serviços de terceiros

	2021	2020
Convênio de operação e manutenção	473	264
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	1.255	3.174
Meio ambiente	456	37
Publicações legais	15	45
Conservação e limpeza de prédios e vila de operadores	22	59
Auditoria externa	50	49
Serviços advocatícios	-	39
Outros	239	249
	2.510	3.916

18. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2021	2020
Receitas financeiras		
Renda de aplicação no mercado financeiro	1.949	700
Acréscimos moratórios em conta de energia	8	59
Variação monetária de depósitos vinculados a litígio	-	17
Acréscimos moratórios sobre Termo de Acordo e Reconhecimento de Dívida – TARD	3.314	509
PIS/Pasep e Cofins sobre receitas financeiras	-	191
Atualização de créditos de PIS/Pasep e Cofins	57	267
Outras	-	8
	5.328	1.751
Despesas financeiras		
Juros passivo de arrendamento	(11)	(13)
Outras despesas financeiras	(11)	(4)
	(22)	(17)
Resultado financeiro	5.306	1.734

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2021	
	Imposto de renda	Contribuição social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	37.323	37.323
Percentual de Presunção	8%	12%
	2.986	4.479
Receita Financeira Sobre Resgate Efetivo de Aplicações Financeiras	1.006	1.006
Outras Receitas Financeiras	3.379	3.379
Base de Cálculo Lucro Presumido	7.371	8.864
Alíquota	15%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	1.106	798
Adicional (10% s/ valor superior a R$240)	713	0
IR e CS - Lucro Presumido	1.819	798
ACERTO ECF - CRÉDITOS ANTERIORES	(13)	(7)
Rendas Aplicações não resgatadas	943	943
Alíquota	25%	9%
IRPJ/CSLL Diferidos Ano 2021	236	85
LUCRO PRESUMIDO - REGIME CAIXA X COMPETÊNCIA		
Receita não tributada pelo regime caixa (receita diferida)	(542)	(542)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo Lucro Presumido	(43)	(65)
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	(11)	(6)
LUCRO PRESUMIDO - Amortização custo GSF		
AMORTIZAÇÃO GSF (receita diferida)	119	119
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo Lucro Presumido	10	14
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	2	1
Corrente	1.806	791
Diferido	227	80

	2020	
	Imposto de renda	Contribuição social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento bruto de energia elétrica	30.681	30.681
Percentual de presunção	8%	12%
	2.454	3.682
Receita financeira sobre resgate efetivo de aplicações	995	995
Outras receitas financeiras	859	859
Base de cálculo – Lucro presumido	4.308	5.536
Alíquota	15%	9%
IRPJ e CSLL – Lucro presumido	646	498
Adicional (10% sobre valor superior a R$240)	407	-
IRPJ e CSLL – Lucro presumido	1.053	498
Rendas não resgatadas	(294)	(294)
Alíquota	25%	9%
IRPJ e CSLL diferidos	(74)	(26)
IRPJ e CSLL – Lucro presumido	979	472
Corrente	1.053	498
Diferido	(74)	(26)

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Controlador								
Cemig Geração e Transmissão								
Circulante								
Convênio de cooperação (1)	-	-	144	164	-	-	(477)	(480)
Convênio de compartilhamento - O&M (2)	-	-	51	639	-	-	(196)	(264)
Prestação de serviços (3)	-	-	-	-	-	-	(280)	(634)
Dividendos a pagar	-	-	806	-	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
Cemig Distribuição								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	-	-	-	-	-	-	(291)	(146)
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	1.326	675	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	27.934	13.210	-	-	1.100	149	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	5.746	2.970	-	-	-	-	-	-

As condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

(1) Convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;

(2) Convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020. Inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica;

(3) Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usina vigente até a entrada em vigor do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020;

(4) As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações do Grupo Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica "Títulos e valores mobiliários" no ativo circulante e não circulante, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo, 1,57% em 31 de dezembro de 2021 (0,39% em 31 de dezembro de 2020).

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 são demonstrados na tabela abaixo:

	2021	2020
Remuneração	16	15
Participação nos resultados	3	5
Previdência privada	1	1
Total (1)	20	21

(1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2021		2020	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado (1)					
Consumidores e revendedores	2	5.217	5.217	5.691	5.691
Depósitos judiciais e cauções	2	2.663	2.663	2.663	2.663
Títulos e valores mobiliários	2	11.930	11.930	2.452	2.452
		19.810	19.810	10.806	10.806
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	2	1.349	1.349	8.091	8.091
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	2	1.637	1.637	1.444	1.444
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	17.131	17.131	9.309	9.309
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	2.904	2.904	2.877	2.877
Debêntures	2	79	79	98	98
		23.100	23.100	21.819	21.819
		42.910	42.910	32.625	32.625
Passivos					
Custo amortizado (1)					
Fornecedores	2	(1.012)	(1.012)	(3.276)	(3.276)
Passivo de arrendamento		(105)	(105)	(99)	(99)
		(1.117)	(1.117)	(3.375)	(3.375)

(1) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2020 e 2019.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de avaliação – Para um instrumento que não tenha mercado ativo, o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- Nível 3. Sem mercado ativo: Título patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de crédito

Com o objetivo de minimizar o risco de perdas advindas do não recebimento de valores faturados, a Companhia faz um acompanhamento de forma individual junto aos seus consumidores. Assim, considerando o contexto em que se encontra o cliente, são ajustadas condições que viabilizem o recebimento de créditos eventualmente em atraso.

A Companhia realiza, periodicamente, análise criteriosa da evolução dos casos de inadimplência e, constatando evidência de perda de receita, ou elevado risco de sua ocorrência, constitui Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos. As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em política de aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento para empresas do Grupo Cemig, de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com dívidas pactuadas está apresentado abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Fornecedores	903	105	-	-	-	1.008
Passivo de arrendamento	1	2	11	54	228	296
	904	107	11	54	228	1.304

* * * * * * * * * * *

Assinatura Eletrônica
19/05/2022 13:44 UTC
053.***.***-69
thadeu carneiro da silva

Thadeu Carneiro da Silva
Diretor-Presidente

Assinatura Eletrônica
20/05/2022 16:32 UTC
523.***.***-91
Demétrio Alexandre Ferreira

Demétrio Alexandre Ferreira
Diretor

Assinatura Eletrônica
19/05/2022 13:34 UTC
617.***.***-20
Leonardo George de Magalhães

Leonardo George de Magalhães
Diretor

Assinatura Eletrônica
19/05/2022 15:25 UTC
469.***.***-53
Mário Lúcio braga

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC - MG 47.822

Assinatura Eletrônica
19/05/2022 14:54 UTC
296.***.***-77
José Guilherme Grigolli Martins

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e Participações

Contador - CRC-1SP/242451-O4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Horizontes Energia S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2021, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2022.

Belo Horizonte, 10 de maio de 2022.

Felipe Oliveira de Carvalho

Paulo César Teodoro Bechtlufft

Building a better working world

Edifício Phelps Offices Towers
Rua Antônio de Albuquerque, 156
10º andar - Savassi
30112-010 - Belo Horizonte - MG - Brasil
Tel: +55 31 3232-2100
Fax: +55 31 3232-2106
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Diretores e Acionistas da
Horizontes Energia S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Horizontes Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Horizontes Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Não temos nada a relatar a este respeito.

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

Building a better working world

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

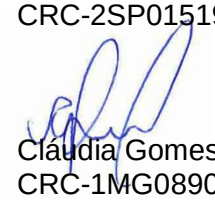
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos da auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 10 de maio de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Cláudia Gomes Pinheiro
CRC-1MG089076/O-0

Demonstrações Financeiras 2021 - controladas

CHAVE: 980D03BEA7D1C78E104E5DE17ACBD992A9DD5F78FECFA17D7ADD29100DFE9B07

Carimbo do Tempo homologado pela ICP-Brasil

Assinaturas

Demétrio Alexandre Ferreira

demetrio@cemig.com.br

Assinado em: 20/05/2022 13:32:39 (BRT)

IP: 179.189.188.56

Geolocalização: -19.9181, -43.937

Assinatura Eletrônica
20/05/2022 16:32 UTC
BRy

523.***.***-91
Demétrio Alexandre Ferreira

Mário Lúcio braga

mmario@cemig.com.br

Assinado em: 19/05/2022 12:25:24 (BRT)

IP: 128.201.18.240

Geolocalização: -19.9293071, -43.9505132

Assinatura Eletrônica
19/05/2022 15:25 UTC
BRy Mário Lúcio Braga
469.***.***-53
Mário Lúcio braga

José Guilherme Grigolli Martins

jose.martins@cemig.com.br

Assinado em: 19/05/2022 11:54:50 (BRT)

IP: 128.201.18.240

Geolocalização: -19.9327744, -43.9615488

Assinatura Eletrônica
19/05/2022 14:54 UTC
BRy José Martins
296.***.***-77
José Guilherme Grigolli Martins

thadeu carneiro da silva

thadeu.silva@cemig.com.br

Assinado em: 19/05/2022 10:45:11 (BRT)

IP: 189.99.89.13

Assinatura Eletrônica
19/05/2022 13:44 UTC
BRy

053.***.***-69
thadeu carneiro da silva

Leonardo George de Magalhães

lgeorge@cemig.com.br

Assinado em: 19/05/2022 10:34:51 (BRT)

IP: 128.201.18.240

Assinatura Eletrônica
19/05/2022 13:34 UTC
BRy Leonardo George de Magalhães
617.***.***-20
Leonardo George de Magalhães

Eventos da coleta

Criação	19/05/2022 10:12:40 (BRT)
Conclusão	20/05/2022 13:32:38 (BRT)